



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Novas morfologias do espaço metropolitano de Curitiba a partir do Município de Mandirituba - PR

Eduardo de Souza Ransolim
Universidade Federal do Paraná

Madianita Nunes da Silva
Universidade Federal do Paraná

Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

Resumo. *Este artigo analisa as novas morfologias nos espaços em transformação rural-urbano oriundos de processos socioespaciais presentes em municípios metropolitanos pouco integrados com o polo, mas que sentem os efeitos da metropolização. Para tanto, toma como referência as centralidades insulares localizadas no Município de Mandirituba-PR. O trabalho reflete ainda a respeito da expansão da ocupação urbana em espaços metropolitanos definidos como rurais, das alternativas para ordenamento territorial existentes no arcabouço jurídico brasileiro, e questiona acerca das possibilidades de redefinição dos conceitos e práticas de planejamento. Para embasar a análise, inicia-se com uma revisão de literatura a respeito do processo de metropolização, da dispersão urbana e da formação e organização da Região Metropolitana de Curitiba, onde situa-se o município estudado. Pretende-se criticar a errônea simplificação do que se denomina como "área rural" em espaços metropolitanos, demonstrando a complexidade socioespacial existente, por meio das tipologias das centralidades insulares identificadas na Zona Rural do Município de Mandirituba. Por fim, analisam-se as características dos tipos identificados, concluindo que os paradigmas adotados atualmente não são capazes de representar a realidade das áreas rurais em espaços metropolitanos, e apresentam-se questionamentos e desafios para transformar a dicotomia urbano-rural e as formas de atuação nesses espaços.*

Palavras-chave. metropolização; urbano-rural; Região Metropolitana de Curitiba; Município de Mandirituba.

New morphologies of the metropolitan space of Curitiba: an analysis from the city of Mandirituba - PR

Abstract. *This article analyzes the new morphologies in spaces undergoing rural-urban transformation arising from socio-spatial processes present in metropolitan municipalities that are not very integrated with the pole, but which feel the effects of metropolization. To do so, it takes as reference the insular centralities located in the City of Mandirituba-PR. The work also reflects on the expansion of urban occupation in metropolitan areas defined as rural, on the existing alternatives for territorial organization in the Brazilian legal framework, and questions about the possibilities of redefining planning concepts and practices. To support the analysis, it begins with a literature review regarding the process of metropolization, urban dispersion and the formation and organization of the Metropolitan Region of Curitiba, where the studied city is located. It is intended to criticize the erroneous simplification of what is called "rural area" in metropolitan spaces, demonstrating the existing socio-spatial complexity, through the typologies of insular centralities identified in the Rural Zone of the City of Mandirituba. Finally, the characteristics are analyzed of the identified types, concluding that the paradigms currently adopted are not able to*

represent the reality of rural areas in metropolitan areas, and questions and challenges are presented to transform the urban-rural dichotomy and the ways of acting in these spaces.

Keywords: metropolization; urban-rural; Curitiba Metropolitan Region; City of Mandirituba.

Nuevas morfologías del espacio metropolitano de Curitiba: un análisis desde el Municipio de Mandirituba - PR

Resumen. *Este artículo analiza las nuevas morfologías en los espacios en transformación rural-urbana derivadas de los procesos socioespaciales presentes en municipios metropolitanos poco integrados al polo, pero que sienten los efectos de la metropolización. Para hacerlo, toma como referencia las centralidades insulares ubicadas en el Municipio de Mandirituba-PR. El trabajo también reflexiona sobre la expansión de la ocupación urbana en áreas metropolitanas definidas como rurales, sobre las alternativas de organización territorial existentes en el marco legal brasileño, y sobre las posibilidades de redefinir conceptos y prácticas de planificación. Para sustentar el análisis, se inicia con una revisión bibliográfica sobre el proceso de metropolización, la dispersión urbana y la formación y organización de la Región Metropolitana de Curitiba, donde se ubica la ciudad estudiada. Se pretende criticar la simplificación errónea de lo que se denomina “área rural” en los espacios metropolitanos, evidenciando la complejidad socioespacial existente, a través de las tipologías de centralidades insulares identificadas en la Zona Rural del Municipio de Mandirituba. se analizan los tipos identificados, concluyendo que los paradigmas actualmente adoptados no son capaces de representar la realidad de las zonas rurales en los espacios metropolitanos, y se plantean interrogantes y desafíos para transformar la dicotomía urbano-rural y las formas de actuar en estos espacios.*

Palabras clave: metropolización; urbano rural; Región Metropolitana de Curitiba; Municipio de Mandirituba.

1. Introdução

O presente artigo reflète acerca da relação entre a formação de metrópoles dispersas e a produção de novas morfologias espaciais derivadas do processo de metropolização do espaço na contemporaneidade, tomando como recorte espacial de análise o Município de Mandirituba - PR. Esse município integra o segundo anel da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) (FUNPAR, 2020) e caracteriza-se por um processo menos intenso de integração socioespacial com a cidade polo, em comparação com os municípios situados no primeiro anel metropolitano. Além disso, procura-se caracterizar e analisar as morfologias espaciais derivadas do processo de dispersão urbana, responsáveis pela produção da espacialidade metropolitana em Curitiba na atualidade.

Para tanto, o artigo está dividido em três tópicos além da presente introdução. O primeiro introduz o fenômeno da metropolização e suas consequências espaciais. O segundo apresenta uma revisão de literatura do processo de estruturação espacial metropolitana da RMC, pela ótica dos municípios mais integrados ao polo, em dois momentos distintos: 1970 e após 1990. O terceiro identifica e analisa as morfologias responsáveis pela dispersão urbana metropolitana, tomando como referência o Município de Mandirituba. Por fim, são apresentadas as contribuições da pesquisa e questionamentos a respeito dos processos estudados.

2. A metropolização do espaço

Em sua etapa atual, a urbanização é entendida como um processo que não está mais restrito à cidade, extrapolando os limites das aglomerações por meio de uma variedade de práticas, táticas e estratégias dos distintos capitais e do trabalho, para garantir sua reprodução (LIMONAD, 2011, p. 33). A ocupação urbana, em alguns casos, extrapola os limites administrativos municipais,

tornando-se um fenômeno regional. Dessa forma, nota-se nas regiões metropolitanas em todo mundo uma tendência de crescimento demográfico e de realocação da população, de diferentes faixas de renda, em áreas periféricas de baixa densidade, ou em áreas antes voltadas à produção agropecuária e extrativista (LENCIONI, 2017).

A urbanização dispersa, segundo Abreu (2014), tem sido discutida mundialmente por diversos autores, sob diferentes óticas. Esse processo não corresponde somente ao *urban sprawl*, ou urbanização difusa, mas vai além: formando uma “nova fronteira”, implantando centros de trabalho, para além de residências, em locais periféricos (VASCONCELOS, 2016, p. 20). Tal abordagem permite confiar à urbanização um papel mais amplo na estruturação do território, como uma extensão das relações sociais de produção de caráter urbano em direção ao campo, diminuindo as diferenças entre o rural e o urbano e, ao mesmo tempo, aumentando as contradições entre a urbanidade e a ruralidade (LEFEBVRE, 1969). Ester Limonad (2011, p. 37) aponta que:

Esse movimento para fora das cidades estaria relacionado, por um lado, a uma tentativa de diferentes grupos sociais, de diferentes segmentos da força de trabalho, de acompanhar a realocação industrial e a formação de centros de comércio e serviços fora das cidades. Por outro lado, esse movimento centrípeta faz parte não só da busca de um novo estilo de vida, por parte das classes mais abastadas, mas, também, de estratégias de sobrevivência de diferentes grupos sociais em busca de moradias a preços mais acessíveis em áreas mais distantes dos grandes centros.

Ainda, segundo a autora, a dispersão das cidades brasileiras assume diversas manifestações em relação a sua localização espacial: expansão das periferias metropolitanas; multiplicação dispersa de pequenos aglomerados urbanos em bacias de emprego; clusters industriais, de serviços ou turísticos, acompanhados muitas vezes pela formação de condomínios ou mega condomínios fora das áreas urbanas, entre outras formas. Além disso, como aponta Vasconcelos (2016, p. 17), “as desigualdades sociais se refletem no espaço urbano e as formas resultantes delas diferem em função de cada contexto específico”, ou seja, as formas oriundas da dispersão urbana não são idênticas em todas as cidades.

Essas mudanças observadas nas metrópoles contemporâneas, as quais provocam a necessidade de criar novas denominações, segundo Lencioni (2017), expressam uma metamorfose social e espacial e se constituem como um produto da metropolização do espaço. Dentre as características apontadas pela autora, destacamos as seguintes:

A primeira é que seu fundamento não diz respeito apenas à transição do rural para o urbano, muito embora o processo possa contê-la; porque seu núcleo é a urbanização. [...]. A terceira característica é a dessa região expressar ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e transparente segregação social, até então nunca vistas, ao lado de espaços com aspectos bastante homogêneos. [...] A quinta diz respeito ao expressivo número de cidades conurbadas com incrível polinucleação e intensa e múltipla rede de fluxos. A sexta característica está relacionada à diminuição relativa do crescimento demográfico da cidade central, acompanhada de expansão demográfica e desenvolvimento do ambiente construído de outros municípios da região. A sétima característica se pauta pela redefinição das pequenas cidades dessa região, conformando um novo tipo de integração dessas pequenas cidades com os espaços polinucleados. A oitava diz respeito à intensidade dos expressivos movimentos pendulares entre algumas cidades da região, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede. (LENCIONI, 2017, p. 30-31).

A respeito da forma de ocupação das metrópoles brasileiras, a mesma autora menciona que "o novo padrão territorial das metrópoles não é por acaso disperso, estendendo em ondas o espaço construído" (LENCIONI, 2017, p. 39). Ainda, que tal dispersão urbana é estimulada:

[...] uma vez que a valorização imobiliária que acompanha o espriamento territorial da metrópole se constitui numa das principais estratégias para a produção e concentração da riqueza social, já que o predomínio da descontinuidade é estratégico para a reprodução do capital. (LENCIONI, 2017, p. 35).

Devido a essa natureza heterogênea das formas de dispersão e das próprias cidades, não há um consenso quanto à melhor forma de definir o processo de dispersão urbana. O mesmo vale ao analisarmos a escala metropolitana. Conforme apontam Lencioni (2017, p. 29) e Ojima (2007, p. 55), não são poucos os termos utilizados para denominar a "metrópole em transição", observando-se que mais se alteram os nomes dados, do que as análises a respeito dessa metamorfose. O fato é que são nesses contextos metropolitanos que a globalização se evidencia mais claramente, gerando impactos no estudo e no entendimento do fenômeno urbano, provocando uma necessidade crescente e constante de novas interpretações, e que causa, ao mesmo tempo, maior dificuldade de apreender processos cada vez mais complexos (OJIMA, 2007).

Embora tal processo venha sendo estudado por distintos autores, defende-se a necessidade de aprofundar as pesquisas acerca das consequências da metropolização em municípios menos integrados e mais afastados das cidades polo. Tomando como referência Mandirituba, identificam-se uma série de efeitos socioespaciais que tais municípios não estão preparados para enfrentar, inclusive em função de uma baixa capacidade institucional dos mesmos.

Dito isso, para avançar na discussão, parte-se do pressuposto de que os conceitos formais de rural e urbano, baseados em limites normativos (leis do perímetro urbano) e nas definições utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não são suficientes para compreender e explicar os complexos processos socioespaciais em curso nas metrópoles brasileiras.

2.1 A estrutura espacial metropolitana de Curitiba

Instituída junto com as primeiras regiões metropolitanas brasileiras em 1973, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) (FIGURA 1) é a maior aglomeração populacional do Estado do Paraná, e, de acordo com o Censo de 2010, 92% do total de sua população vivia no que o IBGE denominou como Área de Concentração de População (ACP) (IBGE, 2010). Segundo Madianita Nunes da Silva (2014), a função desempenhada pela metrópole no contexto da rede urbana brasileira origina-se de transformações socioespaciais acumuladas nos últimos cinquenta anos. Durante esse período, evidenciam-se duas fases: a primeira, de 1970 até 1980, em que se formaram as bases da metropolização vigente; e a segunda, iniciada na década de 1990, quando o fenômeno da metropolização se consolidou como um fato urbano (FIRKOWSKI, 2001).

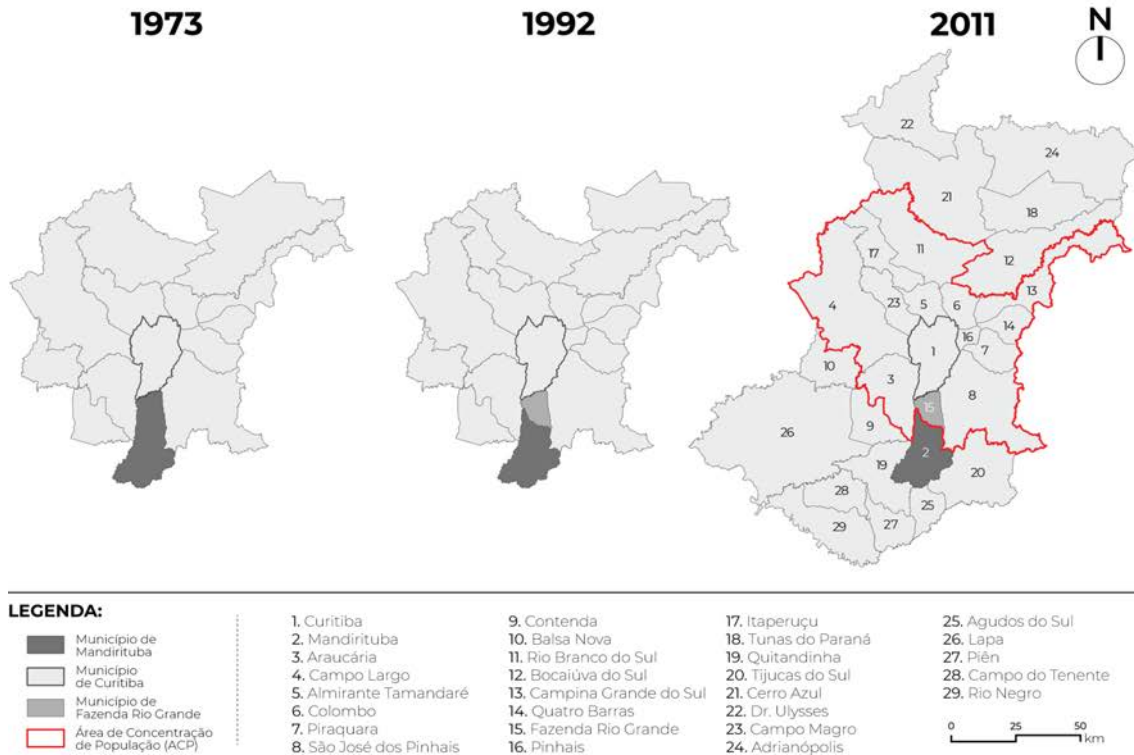


Figura 1. Municípios componentes da Região Metropolitana de Curitiba em 1973, 1992 e 2011 (fonte: elaborada pelos autores).

A localização das indústrias e a produção dos espaços de moradia tiveram, e ainda têm, uma função importante na estruturação da metrópole curitibana, principalmente em sua influência na extensão da mancha urbana. Na fase de instauração da metropolização, na década de 1970, a política industrial desenvolvimentista dos governos militares consolidou Curitiba e arredores como o principal polo industrial e populacional do estado do Paraná. Neste período foram implantadas a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) no Município de Curitiba e o Centro Industrial de Araucária (CIAR) no Município de Araucária, situados lado a lado, que conformaram espacialidades contíguas, e até a década de 1990 concentraram as principais plantas industriais da RMC (FIRKOWSKI, 2001; NUNES DA SILVA, 2006; MOURA; DELGADO; CINTRA, 2014). Entre 1970 e o final da década de 1980, segundo Ultramari *et al.* (1994), a estruturação do espaço na metrópole de Curitiba caracterizava-se pela presença dos seguintes fenômenos: (i) a existência de áreas rurais e periféricas limítrofes a Curitiba sobre pressão de ocupação; (ii) a insularidade das áreas urbanas centrais dos municípios situados no entorno do polo; e (iii) a presença de áreas urbanas consolidadas em processo de extravasamento.

Neste momento, considerando os espaços de moradia, o capital imobiliário produzia loteamentos, formais e informais, voltados principalmente às classes de baixa renda, na periferia de Curitiba e municípios do entorno (NUNES DA SILVA, 2012). Concomitante a este fenômeno, a região do Município de Mandirituba mais próximo ao polo – hoje correspondente ao Município de Fazenda Rio Grande – apresentava taxas de crescimento mais elevadas e maior número de habitantes, se comparados com o restante do seu território (BALISKI, 2017). Evidenciava-se, então, os processos de “pressão de ocupação sobre áreas periféricas limítrofes de Curitiba”, por conta do maior crescimento no norte do município; como também a insularidade das sedes urbanas dos municípios situados no entorno da cidade polo, materializada, especialmente, pela

descontinuidade observada entre a mancha urbana das aglomerações principais e a da periferia produzida no limite com Curitiba (FIGURA 2).

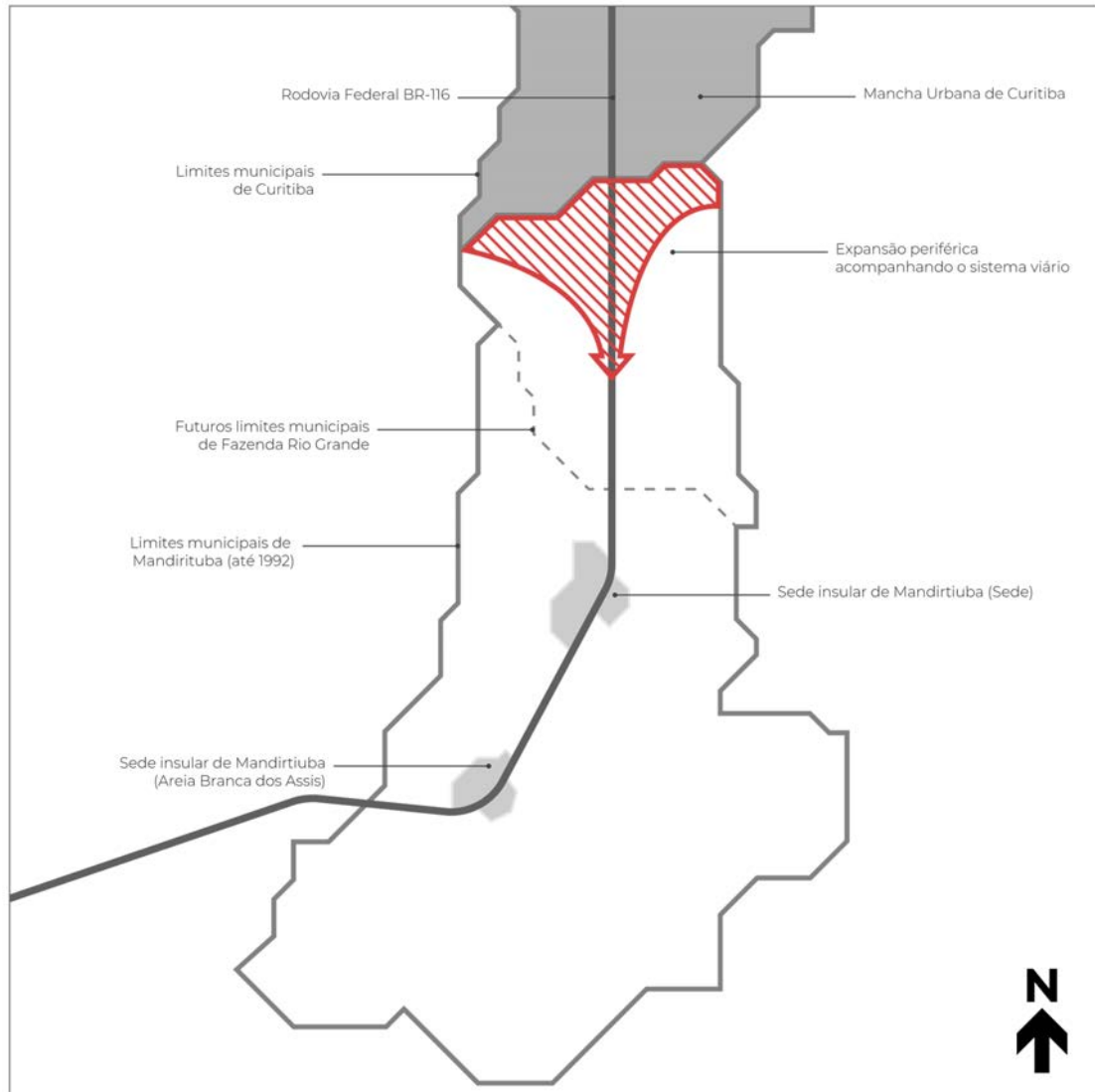


Figura 2. Diagrama dos efeitos espaciais da metropolização de Mandirituba, 1970-1980 (fonte: elaborada pelos autores).

A partir da década de 1990, outros municípios metropolitanos passaram a desempenhar funções antes restritas ou predominantemente localizadas em Curitiba, como a expansão industrial nos municípios situados no leste metropolitano, a atuação do mercado imobiliário voltado para a produção de empreendimentos residenciais e a produção dos espaços informais de moradia (FIRKOWSKI, 2001; NUNES DA SILVA, 2012; FIRKOWSKI; NUNES DA SILVA, 2018). Isso ocorreu por conta da dinâmica de localização da indústria, considerando a tendência de distanciamento do polo de grandes unidades fabris, como a Volkswagen e a Renault, ambas localizadas no Município de São José dos Pinhais (FIRKOWSKI; NUNES DA SILVA, 2018).

Tal processo significou também a implantação de novas indústrias e centros de apoio logístico em municípios como Quatro Barras e Campina Grande do Sul, por exemplo. Ou seja, conforme destaca Firkowski (2001, 2002), a partir da década de 1990 os municípios metropolitanos passam a desempenhar funções antes restritas ou predominantemente localizadas no município de Curitiba. (FIRKOWSKI; NUNES DA SILVA, 2018, p. 11)

Neste período a estrutura espacial da RMC caracteriza-se:

A leste, em municípios como Piraquara, Pinhas [sic] e São José dos Pinhais, estão importantes áreas de mananciais hídricos [...]. A oeste, a urbanização não se dá de modo contínuo com Campo Largo, tendo em vista a presença da represa do Passaúna. **Ao sul, localiza-se um dos mais importantes vetores de crescimento populacional e expansão urbana: o município de Fazenda Rio Grande, caracterizado pela implantação e loteamentos populares**, muitos dos quais financiados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. (FIRKOWSKI; NUNES DA SILVA, 2018, p. 11, grifo nosso)

Por meio desses processos, a partir de 1990 conforma-se uma espacialidade mais complexa e fragmentada na metrópole de Curitiba, onde nota-se, simultaneamente, movimentos de dispersão em direção às áreas periféricas ainda não ocupadas e de densificação das áreas mais cêntricas e urbanizadas (FIRKOWSKI; NUNES DA SILVA, 2018). Esse êxodo rumo ao campo, contrariando o êxodo rural em direção ao polo ocorrido nos anos 1970, possui base nas transformações ocasionadas pela 3ª Revolução Industrial (MOURA; DELGADO; CINTRA, 2014). Devido à produção flexível, o Estado neoliberal e a desregulamentação das relações de trabalho, agora são os trabalhadores que perseguem o capital, o qual se desloca para a periferia em busca de vantagens econômicas (CORRÊA, 1989). Tal deslocamento, aliado a processos mais antigos de segregação socioespacial, fomentou ainda mais a dispersão e a fragmentação das cidades. Nesse período ocorreu também o desmembramento do Município de Fazenda Rio Grande do Município de Mandirituba em 1990 (cuja efetivação ocorreu somente em 1992), laureando os processos espaciais identificados anteriormente.

Diante desse contexto, os próximos tópicos analisam as morfologias metropolitanas resultantes dos processos socioespaciais ocorridos após 1990 no Município de Mandirituba.

3. Metodologia para identificação das formas resultantes da metropolização em Mandirituba-PR

A ocupação urbana do território de Mandirituba é configurada por dois distritos: o Sede, localizado ao norte; e o Areia Branca dos Assis (A.B.A.), ao sul (FUNPAR, 2020). Ambos estão situados ao longo e seccionados pela Rodovia Federal Régis Bittencourt – BR 116. Além desses distritos, outras duas localidades rurais, Quatro Pinheiros e Espigão das Antas, também são definidas como Áreas Urbanas pela Lei Municipal nº 437 de 18 de junho de 2008 (MANDIRITUBA. Prefeitura Municipal, 2008d). Entretanto, tais distritos não constam da lei e dos mapas da Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, assim como das tabelas que definem os parâmetros urbanísticos (MANDIRITUBA. Prefeitura Municipal, 2008, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d). Ou seja, embora definidas pela norma como urbanas, tais centralidades não são, na prática, consideradas como Áreas Urbanas pela administração municipal (FUNPAR, 2020).

A ocupação da Zona Rural se dá através de diversas “centralidades insulares” (RANSOLIM, 2022), distribuídas no território, de forma análoga às “sedes insulares” de ULTRAMARI *et al.* (1994) – onde os focos de ocupação e expansão urbana não formam um continuum com os distritos urbanos (FIGURA 3).

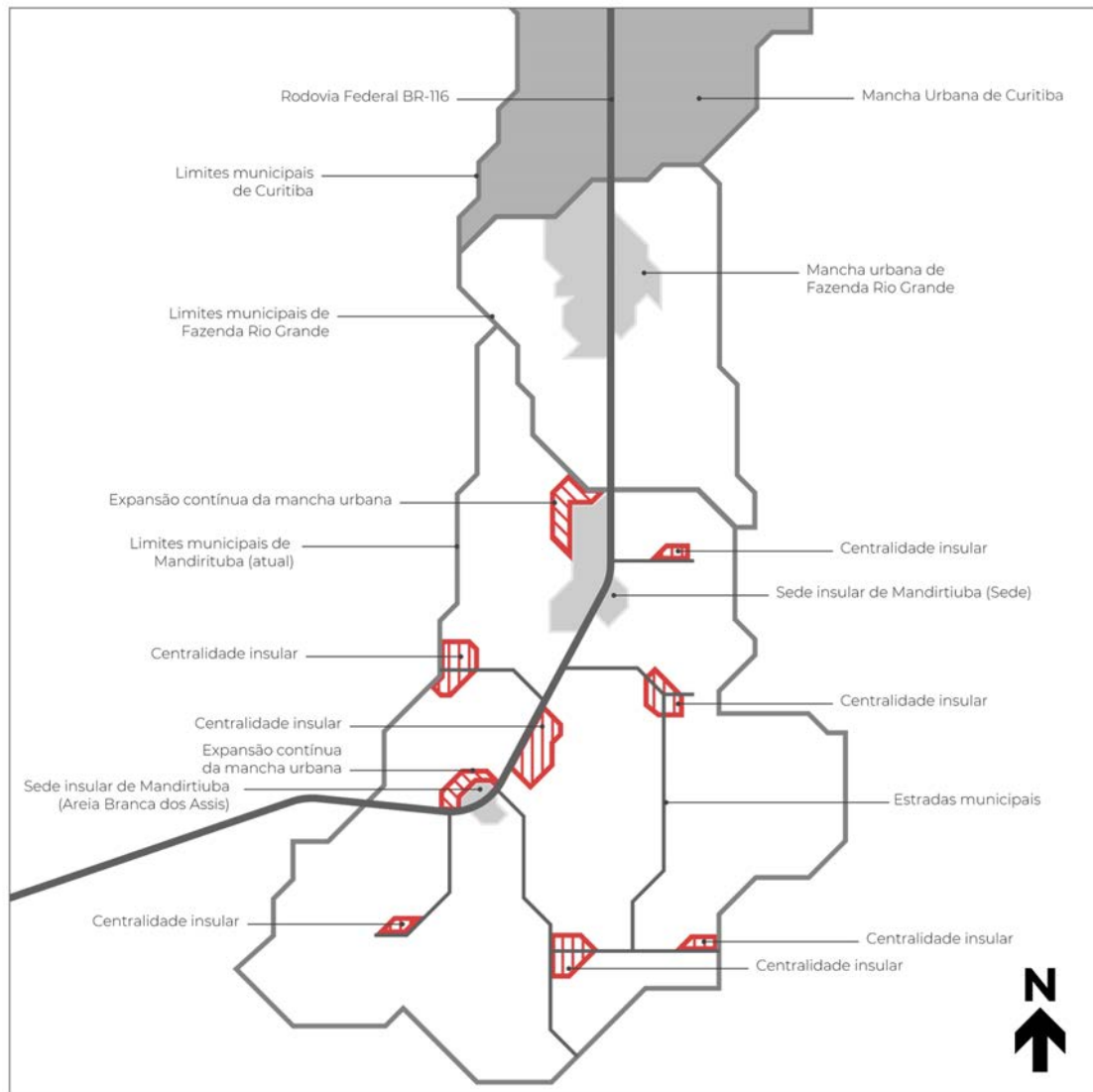


Figura 3. Diagrama com as morfologias de ocupação do território de Mandirituba (fonte: elaborada pelos autores).

Essas centralidades insulares apresentam uma diversidade de usos e tipologias de ocupação, observando-se, além da habitação, atividades agrícolas e comerciais diversificadas. Outro uso do solo encontrado são as chácaras de lazer, propriedades particulares para uso esporádico (FUNPAR, 2020). Essa ocupação difusa, onde são habitadas diversas porções fragmentadas do território, sem continuidade com a mancha de ocupação urbanizada, conforma a dispersão urbana em Mandirituba. Conforme aponta Lencioni (2017, p. 48-49) “essa nova dimensão da realidade, onde se entrecruzam globalização, reestruturação e metropolização, transforma profundamente os espaços rurais [...]”. Logo, denominar esses territórios puramente como sendo rurais ou urbanos não é suficiente e/ou aplicável para caracterizar a dinâmica observada, especialmente quando se considera que eles tendem a ser dispersos, derivados de processos heterogêneos, com continuidades, descontinuidades e baixas densidades demográfica e construtiva.

Diante dessa dificuldade, durante o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Mandirituba entre 2019 e 2022, foi proposta a criação de um Setor Especial, integrante do Zoneamento Rural, para reconhecer as características urbanas de algumas centralidades rurais, o qual foi denominado como Setor Especial de Núcleos Urbanizados (SENU). Observando a descrição

nos documentos da Revisão do PDM (FUNPAR, 2021, p. 47), conclui-se que o objetivo do SENU, em princípio, não é criar novas áreas de expansão urbana de forma dispersa, mas reconhecer as peculiaridades de algumas centralidades rurais e promover a regularização fundiária das mesmas. Logo, foram demarcadas 10 centralidades como SENUs.

Entretanto, os relatórios de Revisão do PDM não se aprofundam em identificar as características e particularidades dessas centralidades, apenas as identificam como “locais de interesse”. Algumas centralidades possuem maiores ou menores graus de adensamento e de características urbanas, pela presença de comércio e serviços, ou pela existência de terrenos de dimensões menores que o módulo mínimo estabelecido em lei para o parcelamento rural. Diante disso, Ransolim (2022) levantou as situações típicas (tipos) dos SENUs de Mandirituba, organizadas em uma tipologia; visto que as centralidades insulares existentes não são homogêneas. Ou seja, os SENUs não são idênticos. Assim, utilizou-se tal abordagem para identificar, descrever e classificar as situações típicas dessas centralidades.

Importante destacar que o recurso de classificar em tipos é uma forma de descrever um conjunto de fenômenos e/ou elementos, diferenciando-os de acordo com suas características ou atributos (KAPP, 2012). Silke Kapp (2012) define “tipologia” como sendo simplesmente uma “lógica de tipos”. Os objetivos de se utilizar a tipologia estão em:

[...] descrever e caracterizar diferentes tipos de espaços cotidianos. [...] A cada situação típica de moradia e entorno urbano corresponde um tipo, que se repete em diversos pontos da metrópole. Assim, a tipologia visa a facilitar a compreensão desses espaços na escala microlocal para orientar políticas e programas públicos. (KAPP, 2012, p. 6).

Além disso, tal esforço metodológico buscou comprimir uma realidade complexa, a fim de tornar sua explicação mais didática e sua compreensão mais acessível. Nesse sentido, priorizou-se os processos socioespaciais e não o produto espacial, “sempre temporário ou provisório” (KAPP, 2012, p. 7). Ainda, a grande vantagem de analisar tipologicamente é que:

[a tipologia], poderá facilitar a cooperação entre prefeituras e a cooperação entre grupos de habitantes, já que ideias, soluções, procedimentos, programas ou propostas para um determinado lugar podem ser úteis para outro lugar de mesmo tipo. (KAPP, 2012, p. 6-7).

Dando forma à tipologia, levantou-se as características consideradas importantes para entender as dinâmicas presentes na escala microlocal (como a existência de usos não-habitacionais), assim como nas escalas municipal e metropolitana (características das vias de acesso, distâncias, entre outros). As características foram divididas em cinco grupos (FIGURA 4), sendo: (i) o Estágio de Consolidação, (ii) a Morfologia de Ocupação, (iii) a Inserção no Território Municipal, (iv) a Infraestrutura Existente e (v) os Tipos de Usos do Solo (RANSOLIM, 2022). Cabe ressaltar ainda, que não foram analisados parâmetros de regularidade e irregularidade fundiária, assim como Kapp (2012), visto que existe um alto índice de irregularidade em todo território municipal, seja ele urbano ou rural. Além disso, tais parâmetros não interferem na materialização do espaço.

GRUPO	ESTÁGIO DE CONSOLIDAÇÃO	MORFOLOGIA DE OCUPAÇÃO	INSERÇÃO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL	INFRAESTRUTURA EXISTENTE	TIPOS DE USOS
CARACTERÍSTICAS LEVANTADAS	ANO DE INTENSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÃO (aproximado); Nº DE DOMICÍLIOS (aproximado)	TIPO DE PARCELAMENTO; ARRANJO DOS LOTES; DISTRIBUIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES	LOCALIZAÇÃO; DISTÂNCIA ATÉ OS DISTRITOS URBANOS (Sede e A.B.A.); VIAS DE ACESSO	MATERIAL DO PAVIMENTO DAS VIAS; EQUIPAMENTOS PÚBLICOS; ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO	HABITACIONAL PREDOMINANTE; NÃO-HABITACIONAL; ENTORNO

Figura 4. Quadro das características levantadas para a identificação dos tipos resultantes da metropolização em Mandirituba-PR por Ransolim (2022) (fonte: elaborada pelos autores).

A partir do levantamento e da análise dessas características, Ransolim (2022) organizou os tipos de centralidades insulares existentes em Mandirituba, os quais serão expostos no tópico a seguir.

3.1 Os tipos de SENUs identificados

Observando o escopo de análise, entendeu-se que a característica mais marcante na diferenciação dos tipos das distintas centralidades insulares encontra-se na relação que estas estabelecem com a metrópole, o município, e, eventualmente, entre si.

Dito isso, Ransolim (2022) identificou quatro tipos de SENUs, sendo eles: (i) Rural, centralidades com pouca conexão com a área urbana e voltados, principalmente, à produção agropecuária; (ii) Dormitório, constituem aglomerados majoritariamente habitacionais, isolados dos distritos urbanos, mas com boa conexão com os mesmos e com outros municípios da metrópole, e massiva presença de ocupações irregulares; (iii) Limítrofe, caracterizado pela expansão horizontal da mancha urbana legalmente definida; e (iv) Subcentralidade, centralidades rurais de maior porte, caracterizadas pela presença de comércio e serviços variados, podendo desempenhar funções de subcentro para outras centralidades próximas (FIGURA 5).




TIPO	CARACTERIZAÇÃO	IMAGEM DE SATÉLITE	FOTOGRAFIA
Centralidade do Tipo RURAL	Tendem a ser centralidades com pouca conexão com a área urbana, população dispersa no território e voltadas principalmente para a produção agropecuária e de chácaras de descanso		
Centralidade do Tipo DORMITÓRIO	Aglomerados majoritariamente habitacionais, com boas conexões com as áreas urbanas e com a RMC, originário da produção habitacional irregular em locais isolados dos distritos urbanos de Mandirituba		
Centralidade do Tipo LÍMITROFE	Espaços derivados de processos de extensão horizontal do tecido urbano, onde há precariedade urbana e habitacional		
Centralidade do Tipo SUBCENTRALIDADE	Núcleos em áreas rurais com presença de comércio e serviços variados, podendo desempenhar funções de subcentralidade para centralidades rurais próximas		

Figura 5. Quadro comparativo dos tipos de centralidades insulares encontradas em Mandirituba (fonte: elaborada pelos autores).

Aprofundando-se na análise dos tipos, define-se que as centralidades insulares do tipo Rural englobam os locais onde a relação campo-moradia ocorre de forma mais intensa comparada aos demais tipos. Nota-se a presença de lotes de grandes dimensões e edificações esparsas, geralmente habitadas por descendentes de famílias a muito tempo estabelecidas na região, caracterizando-se por um crescimento vinculado a um processo endógeno à dinâmica territorial municipal, derivado da sucessão das gerações das famílias residentes, e por meio do qual pais, filhos e netos constroem suas casas próximas umas das outras, em um mesmo terreno, sem a formalização do parcelamento do lote primitivo. As construções estão comumente localizadas ao longo das estradas municipais, sem a abertura de novas vias (FIGURA 6). Foram incluídas também nesse tipo as centralidades com presença marcante de chácaras de lazer para segunda residência, utilizadas esporadicamente por moradores das áreas urbanas do município, ou por moradores de municípios vizinhos.

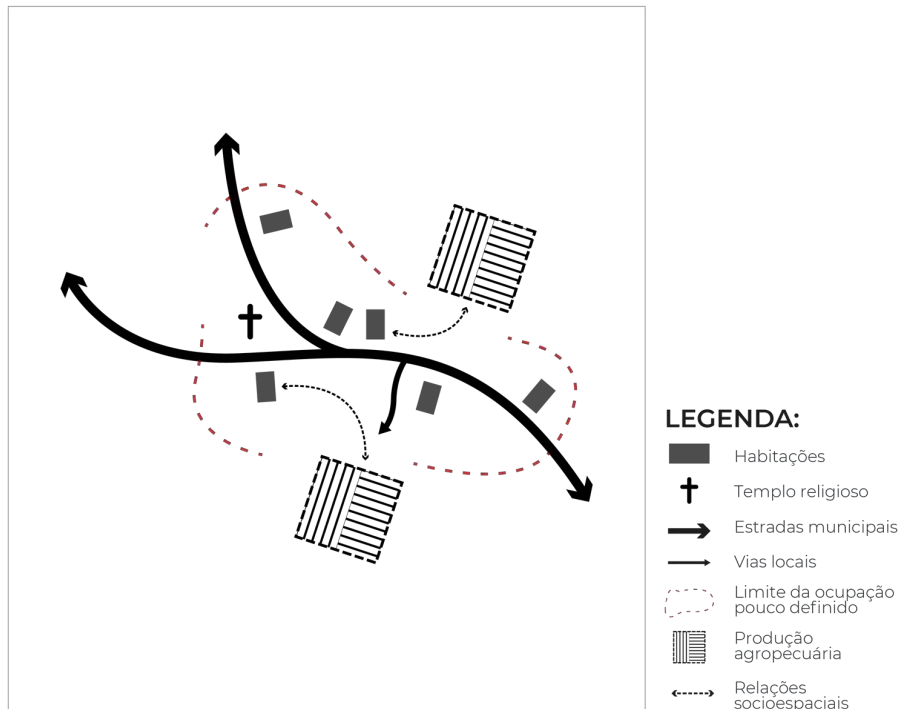


Figura 6. Diagrama de centralidade do tipo Rural (fonte: RANSOLIM, 2022).

A infraestrutura urbana desse tipo pouco se altera com o tempo, caracterizando-se como espaços que permanecem sem melhorias por longos períodos. Ainda que se identifique a presença de equipamentos públicos em algumas centralidades definidas como sendo desse tipo, o critério de implantação dos mesmos é sua posição geográfica em relação ao restante do território municipal, como ocorre em centralidades distantes das aglomerações urbanas e pouco habitadas. Os usos são majoritariamente habitacionais, entretanto, ainda que sejam observados comércios em algumas centralidades, estes são pouco variados. Os usos não-habitacionais, em geral, atendem à comunidade imediata e são do tipo vicinais (como bares e templos) e/ou destinados à produção agropecuária (granjas, plantações, silos etc.). Notou-se também, em poucas situações, a presença de estabelecimentos de maior porte e abrangência (como mercados), que atendem uma área que ultrapassa a comunidade. Os limites dessas centralidades são difíceis de definir, devido à sua semelhança morfológica com o entorno rural.

Em contraste com as centralidades do tipo Rural, as do tipo Dormitório constituem espaços nos quais seus habitantes estabelecem relações de trabalho em locais diferentes daqueles onde estão situadas as suas moradias. Dessa forma, as centralidades que foram classificadas como pertencentes a esse tipo compreendem os aglomerados predominantemente habitacionais, derivados do processo de periferização do espaço (CORRÊA, 1989). Por conta disso, os postos de emprego nessas centralidades são escassos, forçando a população residente a procurar trabalho remunerado nos distritos urbanos do município, ou em outras cidades da RMC. Situam-se em locais com conexão mais direta aos distritos urbanos e às rodovias, por onde circula o acesso ao transporte metropolitano (FIGURA 7).

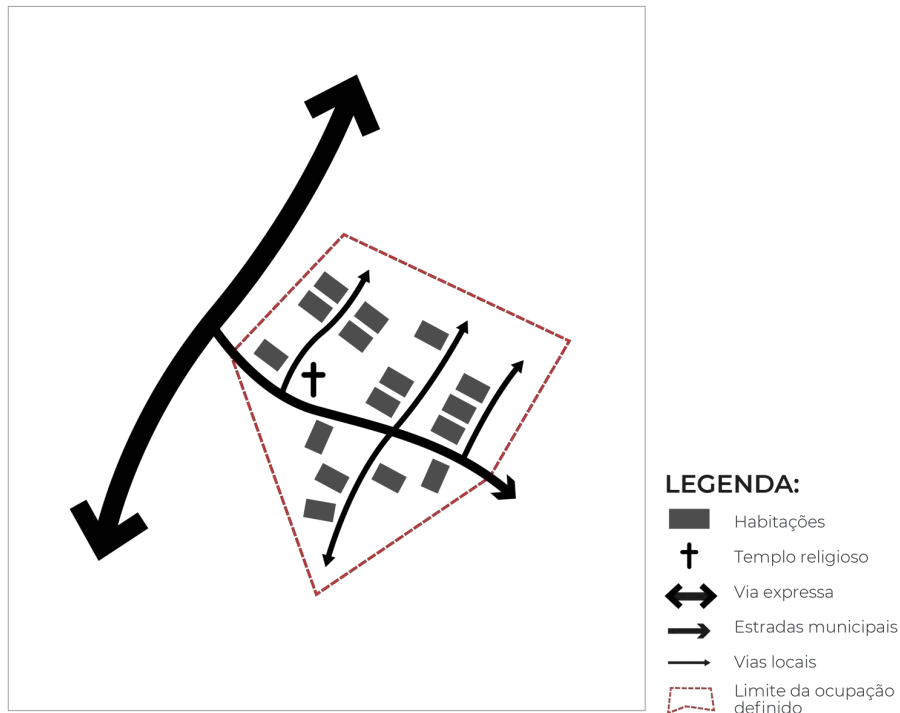


Figura 7. Diagrama de centralidade do tipo Dormitório (fonte: RANSOLIM, 2022).

Assim como no tipo anterior, a infraestrutura urbana tende a não sofrer melhorias por longos períodos de tempo. Todavia, nesse tipo não se observa a presença de equipamentos públicos e estabelecimentos comerciais de maior porte, apenas aqueles que atendem a própria comunidade na escala da vizinhança, diferentemente do tipo Rural. Os limites desse tipo são facilmente traçados, devido à diferença evidente entre o padrão de parcelamento do solo existente e os espaços situados no seu entorno, em geral formados por mata nativa ou reflorestamento. As centralidades enquadradas nesse tipo possuem um padrão construtivo mais precário, geralmente compostas por casas de madeira e outros materiais de construção baratos (RANSOLIM, 2022), evidenciando, ainda mais, o processo de periferização, por meio da autoconstrução das habitações. Essas centralidades surgem, em geral, do parcelamento irregular do solo e crescem rapidamente, devido à demanda da população residente por lotes com um preço mais acessível (NUNES DA SILVA, 2012). O processo de produção do espaço materializa-se pela abertura de novas vias, quase sempre sem pavimentação, para prover acesso aos lotes que são implantados (FIGURA 8).



Figura 8. Comparativo da ocupação da centralidade tipo Dormitório Pé de Erva em Mandirituba (2006 e 2019) (fonte: Google Earth, 2022).

O tipo Limítrofe, diferente dos apresentados anteriormente, ocorre nas bordas das áreas urbanas oficiais, ou seja está “situado nos limites” do perímetro urbano. Derivam da expansão horizontal da cidade em direção à zona rural. Logo, este tipo não abrange exclusivamente centralidades insulares, incluindo espaços onde nota-se a continuidade da mancha de ocupação urbana (RANSOLIM, 2022). Algumas parcelas dessas centralidades foram identificadas como loteamentos oficiais, onde ocorreu a implantação de infraestrutura mínima necessária. Com o avanço da ocupação esse tipo vai recebendo infraestrutura, em função de sua proximidade com o perímetro urbano. Entretanto, não foram identificados equipamentos públicos nos espaços desse tipo, permitindo considerar que seus moradores tenham que se deslocar para utilizar os existentes nos distritos urbanos. Definir os limites dessas centralidades é algo difícil, pelo fato delas serem constituídas por áreas em diferentes estágios de consolidação, algumas com um número significativo de lotes vagos, mesclando-se com o entorno rural. Nas áreas que se encontram em estágio mais avançado de consolidação, nota-se um padrão de parcelamento do solo e ocupação típicos de áreas urbanas. O comércio de mercadorias e itens básicos para a população residente é suprido pelos estabelecimentos situados no perímetro urbano (FIGURA 9).



Figura 9. Diagrama de centralidade do tipo Limítrofe (fonte: RANSOLIM, 2022).

A ocorrência desse tipo também provém do processo de periferação do espaço urbano, apresentado por Corrêa (1989), mas com uma forma espacial diferente da que ocorre nas centralidades insulares do tipo Dormitório, uma vez que o tipo Limítrofe se situa nos limites da zona urbana. A produção desse tipo ocorre pelos processos de expansão periférica da mancha de ocupação urbana, similares aos observados nas grandes cidades. Devido à dinâmica imobiliária que caracteriza sua produção, a maioria dos seus moradores passaram a residir nesses espaços em busca de terrenos mais baratos, e, portanto, mais acessíveis em relação aos lotes situados em espaços do município e da metrópole melhor localizados e infraestruturados. Esses espaços tendem a se manter com uma ocupação de baixa densidade por um longo período de tempo.

Por fim, o tipo mais complexo encontrado é o denominado Subcentralidade. Esse tipo inclui as centralidades insulares de maior porte, que oferecem serviços para regiões do território não restritas a elas, podendo incluir, inclusive, outras centralidades. Geralmente às margens de alguma rodovia ou via de acesso principal, a característica mais relevante desse tipo é a presença de usos não-habitacionais variados (FIGURA 10). Nesse sentido, identifica-se a presença de usos que atendem outras comunidades próximas, como mercados, lojas de materiais de construção, escolas, agência dos correios, farmácias, entre outros; mas também comércios variados, com clientes suficientes para permitir seu funcionamento e manutenção, tais como lojas de roupas, barbearias e lanchonetes. Além disso, sua ocupação alterna entre limites definidos, nos espaços mais habitados, e indefinidos, nos espaços ainda não consolidados.

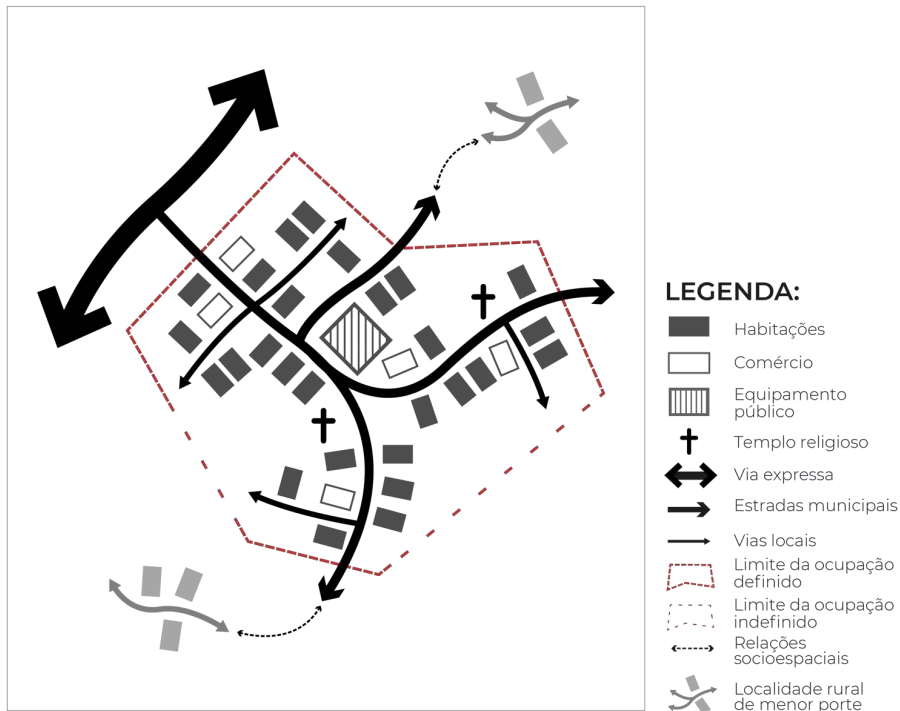


Figura 10. Diagrama de centralidade do tipo Subcentralidade (fonte: adaptado de RANSOLIM, 2022).

Quanto aos processos espaciais presentes, nota-se o predomínio da descentralização com formação de novos subcentros (CORRÊA, 1989), ao contrário das centralidades do tipo Dormitório e Limítrofe, derivados de periferização. Além disso, outra diferença é que as alterações na infraestrutura urbana são mais comumente observadas, como melhorias no pavimento das vias e a implantação de novos equipamentos públicos. Isso se deve pelo fato dessas centralidades possuírem maior número de habitantes, e conseqüentemente de eleitores, que exercem maior pressão política sobre o poder público municipal.

A partir da análise realizada, nota-se que a nomenclatura "Setor Especial de Núcleos Urbanizados", utilizada pela Revisão do Plano Diretor Municipal de Mandirituba, não reflete totalmente a realidade presente na maioria das centralidades insulares estudadas, sendo o tipo Subcentralidade o único que poderia ser apropriadamente denominado desta forma. Observou-se que essas aglomerações, assim como toda a cidade, possuem peculiaridades que devem ser consideradas nas propostas para desenvolvimento socioespacial. As centralidades do tipo Rural pouco diferem do entorno rural e estão ligadas a processos endógenos do município, ao passo que as demais possuem dinâmicas metropolitanas mais expressivas. Nas centralidades do tipo Dormitório e Limítrofe, nota-se a forte presença do processo de periferização, apesar deste se materializar de forma distinta entre eles. O tipo Subcentralidade apresenta uma quantidade de características urbanas superior às demais, tais como variedade de usos do solo, incluindo comércio e serviços especializados, infraestrutura, dentre outros (FIGURA 11).

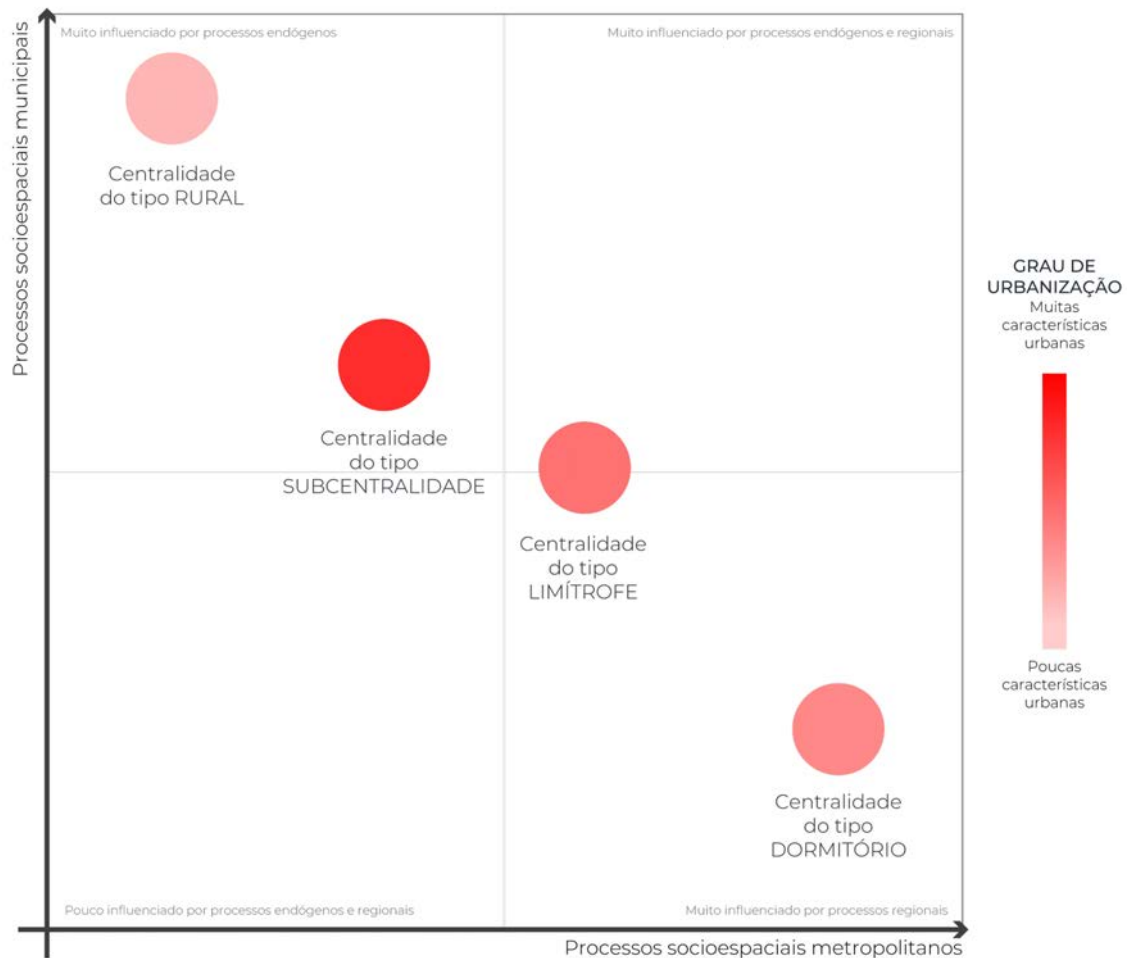


Figura 11. Diagrama de posição dos tipos de centralidades identificados em Mandirituba-PR em relação aos processos socioespaciais locais, metropolitanos, e grau de urbanização (fonte: elaborado pelos autores).

Apresentados os tipos de centralidades insulares identificados no Município de Mandirituba, os próximos tópicos desenvolvem as conclusões e levantam questões sobre o processo de planejamento, além de novas interpretações possíveis para a questão urbana e metropolitana.

4. Discussão e considerações finais

Tomando como referência as morfologias espaciais caracterizadas e identificadas no Município de Mandirituba, pode-se afirmar que o território da metrópole de Curitiba é hoje mais complexo e heterogêneo, se comparado às duas primeiras fases da metropolização. Nota-se que tanto processos endógenos, de escala municipal, como dinâmicas diretamente ligadas ao processo de metropolização compõe essa espacialidade complexa, heterogênea, fragmentada e dispersa. Essa “nova” espacialidade metropolitana, reflete os movimentos do capital em busca de lucro e das pessoas em busca de moradia, as quais, por sua vez, refletem a sociedade de classes e o controle da mais-valia urbana, ou seja, um “reflexo da sociedade” (CORRÊA, 1989, p. 8). Ao passo que as cidades mais próximas e integradas com o polo metropolitano tornam-se financeiramente desinteressantes para a promoção de habitações para as camadas mais pobres da população, o capital imobiliário, em busca de novas perspectivas de lucro, exerce pressão sobre municípios cada vez mais distantes de Curitiba, com preço da terra mais barato, e que, em geral, têm capacidades institucionais insuficientes para controlar tais dinâmicas. Além

disso, relações de poder que se estabelecem em nível local, principalmente pelos proprietários fundiários, também moldam e transformam o território (CORRÊA, 1989).

A partir da pesquisa desenvolvida, destaca-se, portanto, a necessidade de aprofundar os estudos a respeito do processo de produção do espaço em municípios menos integrados com o polo, os quais, historicamente, têm privilegiado os municípios pertencentes à ACP. Além disso, como demonstrado, o enfoque tradicionalmente usado nos estudos sobre urbanização, que parte da dicotomia entre cidade e campo (moderno e atrasado) e estudava a Região Metropolitana de Curitiba priorizando a ACP, não consegue mais explicar a totalidade dos processos socioespaciais em curso na metrópole.

É válido considerar ainda, que em Mandirituba as dinâmicas metropolitanas, potencializadas nas últimas décadas, vem contribuindo, em grande parte, para o espraiamento urbano metropolitano. Tais dinâmicas se apresentam desde o crescimento acelerado observado no norte do município nos anos de 1970 e de 1980 (o que acarretou na emancipação do Município de Fazenda Rio Grande) até hoje, materializadas pelas morfologias identificadas por Ransolim (2022) em áreas rurais.

O processo em curso também permite inferir que o governo municipal não tem combatido o avanço da ocupação urbana sobre áreas legalmente consideradas rurais. Conforme demonstram as pesquisas já desenvolvidas a respeito da metropolização em Curitiba (FIRKOWSKI; NUNES DA SILVA, 2018; MOURA; DELGADO; CINTRA, 2014; NUNES DA SILVA, 2006; FIRKOWSKI, 2001; ULTRAMARI *et al.*, 1994), este fato não é exclusivo de Mandirituba, sendo possível considerar que dinâmicas de mesma natureza, e/ou similares às identificadas, estão presentes em outros municípios menos integrados com o polo, reforçando a urgência do desenvolvimento de estudos que se dediquem a compreender os agentes, escalas e processos responsáveis por sua produção, bem como a definição de estratégias de enfrentamento desse processo pelo planejamento e a gestão metropolitana.

É possível considerar, ainda, que processos similares se repitam em outras metrópoles brasileiras, implicando na necessidade de se repensar os paradigmas aplicados ao planejamento metropolitano. Dessa forma, apesar do recorte do presente estudo ter sido, exclusivamente, os SENUs de Mandirituba, é válido acreditar que os tipos caracterizados e analisados poderão ser identificados em outras aglomerações urbanas, no próprio Município, em outros municípios da RMC, e mesmo em outras regiões metropolitanas. Por conta disso, o estereótipo da “área rural”, em municípios metropolitanos menos integrados com o polo, já não explica mais a realidade existente, pois, conforme identificado, as dinâmicas de produção do espaço, as morfologias e os usos urbanos-rurais convivem e se transformam cotidianamente, por meio de relações dialéticas, produzindo a metamorfose da espacialidade metropolitana (LENCIONI, 2017).

Além disso, para além da inegável urgência em se discutir e redefinir a estrutura federativa e o modelo de gestão das metrópoles brasileiras, torna-se necessário repensar a concepção de políticas territoriais aplicadas à escala metropolitana, bem como os instrumentos urbanísticos utilizados para sua execução, para que os processos socioespaciais em curso possam ser de fato enfrentados.

Ainda que críticas sejam feitas acerca da expansão contínua e pouco controlada da mancha urbana por parte do Estado, tal como observado no caso estudado,

constata-se que o capital imobiliário, seja ele formal ou informal, tem se sobreposto aos apontamentos dos urbanistas e à legislação de ordenamento territorial. Tal processo, responsável pela dispersão urbana e a produção de espaços cotidianos marcados pela precariedade habitacional, acarreta em pressões e demandas, por parte da população, sobre as diferentes esferas administrativas. Primeiramente, no nível municipal, esses espaços tendem a crescer e serem ocupados rapidamente, devido à demanda não suprida por habitação popular no polo e municípios mais integrados, gerando, na sequência, reivindicações por serviços e infraestrutura sobre os governos locais, que, em geral, possuem baixa capacidade institucional para arcar com os custos de sua implantação. Já no nível da metrópole, o movimento pendular desses moradores da periferia metropolitana em direção a postos de trabalho, estudo etc., localizados na sua maioria no polo e municípios do entorno, impacta todo sistema de mobilidade, em especial a rede de transportes, seja ela pública ou privada. Além disso, os custos envolvidos com esse deslocamento consomem parte significativa do tempo e da renda dessas pessoas, que geralmente já possuem as piores condições econômicas, ampliando as desigualdades e a segregação socioespacial observadas entre os moradores de Mandirituba e os que vivem no polo e cidades do entorno.

Analisando a tipologia dos espaços gerados pelo processo de metropolização em Mandirituba (RANSOLIM, 2022), chama atenção a mudança do padrão de ocupação na zona rural, com o crescimento e surgimento de atividades não-agrícolas. Esse novo contexto foge da clássica divisão entre rural e urbano e, mesmo considerando as centralidades mais ruralizadas, comprovam a mudança do estereótipo e a existência de um “novo” rural em espaços metropolitanos. Logo, aponta-se para a necessidade de discutir os conceitos e as normas incidentes sobre esses espaços na atualidade. Além disso, como mostrado anteriormente, mesmo dentro das centralidades insulares observam-se diferentes padrões de ocupação, explicitando a heterogeneidade e a complexidade presentes. Assim, enquanto hoje, legalmente, os territórios dos municípios são divididos em zonas urbanas e zonas rurais, observou-se que os conteúdos e as materialidades desses espaços não cabem mais na aplicação simplista da dicotomia urbano-rural. Reforça-se, então, a necessidade de se analisar e, principalmente, de formular outros paradigmas e estruturas de planejamento territorial, capazes de tratar de maneira efetiva os espaços de natureza metropolitana. Concordando com Brasil (2005), “torna-se necessário discutir a ampliação dos parâmetros jurídicos para a regulação do parcelamento do imóvel rural para fins urbanos localizados fora da zona de expansão urbana” (BRASIL, 2005, p. 64). Nesse sentido, coloca-se em debate as necessárias alterações no arcabouço jurídico brasileiro, que deveriam ser concebidas para responder mais adequadamente às diferentes realidades locais observadas em contextos metropolitanos.

Atualmente, os parcelamentos em áreas rurais são controlados nacionalmente e de forma exclusiva pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em oposição ao parcelamento do solo urbano, o qual é de competência dos municípios. Diante disso, as alternativas que os municípios dispõem, para regular áreas rurais com forte presença de ocupação urbana, enfrentam barreiras jurídicas para transformá-las em novos perímetros urbanos, demarcá-los como zona de expansão urbana ou defini-los como zona de urbanização específica, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79 (BRASIL, 2005, p. 64-65). Ainda assim, como observado no caso da “Cidade Rururbana” do Município de

Porto Alegre – que em 1999 transformou todo território municipal em área urbana – a simples transformação de áreas rurais em urbanas, sem o devido controle, cria uma nova fronteira de valorização e especulação imobiliária sobre as áreas de produção agrícola, dificultando e prejudicando a manutenção dessas atividades primárias e ampliando as desigualdades socioespaciais, apesar de reconhecer as peculiaridades da Zona Rural (RANSOLIM, 2022; POHLMANN; SALOMÃO PICCININI, 2021; JULIO, 2018). Diante disso, são formuladas algumas questões. A autoridade solitária do INCRA na regulação das áreas rurais em espaços metropolitanos deveria ser, contestada e/ou compartilhada com os demais entes federativos? Ou essa responsabilidade regulatória poderia ser repassada para os órgãos metropolitanos? Quais seriam os riscos de o capital privado local manipular a regulação dessas áreas, tal como muitas vezes ocorre nas zonas urbanas sob controle exclusivo dos municípios? Quais poderiam ser os mecanismos de controle e os limites para evitar que processos especulativos ocorram e para garantir a “função social da zona rural” em contextos metropolitanos?

Considerando a atuação dos municípios sobre esses espaços em transformação, muitas das ocupações insulares identificadas em Mandirituba são oriundas de processos metropolitanos, e, por isso, incapazes de serem controladas pelos municípios isoladamente. Olhando por esta perspectiva, as alternativas atualmente disponíveis atuariam como paliativos de uma problemática mais abrangente, sem, de fato, enfrentar as causas do problema. Assim, de que forma os municípios poderiam promover uma “mudança social positiva” (SOUZA, 2010) para os moradores dessas localidades, sem que isso impacte negativamente em outras escalas de planejamento territorial? Além disso, como os municípios, sobretudo os com menor capacidade institucional, poderiam enfrentar o avanço da dispersão urbana em áreas legalmente rurais e/ou impróprias à ocupação?

Aliadas às necessárias mudanças de paradigma, faz-se importante a participação popular efetiva e direta no processo de planejamento, por meio da qual acredita-se que será possível abrir caminhos emancipatórios e mais democráticos, para que os diferentes cidadãos e grupos sociais, que compõem a complexidade espacial da metrópole, possam debater sobre seu contexto e suas necessidades, compreender e iluminar as diferenças socioespaciais existentes, de modo a tornar a intervenção do poder público adequada às realidades locais e metropolitanas (MIRANDA, 2009).

Por fim, os dados apresentados neste trabalho iluminam e dão representatividade a municípios muitas vezes excluídos das pesquisas e debates a respeito da questão urbana e metropolitana no Brasil. Espera-se, nesse sentido, que as políticas que envolvem o planejamento territorial reconheçam as peculiaridades e complexidades desses espaços em transformação, abandonando a visão simplista e equivocada da dicotomia urbano-rural e buscando alternativas que garantam o desenvolvimento socioespacial pleno e o aumento da justiça social em contextos metropolitanos.

5. Referências

ABREU, Irlane Gonçalves de. **Área periurbana norte de Teresina (PI): reconfigurações espaciais e mudanças na vida de seus moradores**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/29366/1/TESE%20Irlane%20%20Gon%c3%a7alves%20de%20Abreu.pdf> . Acesso em: 25 jul. 2022.

BALISKI, Patricia. Periferia e capital imobiliário: o Município de Fazenda Rio Grande/PR no âmbito dos empreendimentos residenciais populares ofertados pelo mercado. **Revista geografa**, v. 12, n. 1, p. 7-33, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f574/95443013b89b7fa8e44b0a7f9b13fa4ea4fb.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo**: guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades, Confea, 2005. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Plano-Diretor-Participativo-1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DELGADO, Paulo Roberto; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa; MOURA, Rosa. Organização social do território e mobilidade urbana. *In*: FIRKOWSKI, O. L. C. F. de; MOURA, R. (ed.). **Curitiba**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2014. p. 337-369.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas; NUNES DA SILVA, Madianita. Curitiba/Brasil e Tucumán/Argentina: dinâmicas metropolitanas comparadas. **E-metropolis**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 34, p. 6-20, set. 2018. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/258/original/emetropolis34_art-capa.pdf?1540950545. Acesso em: 16 nov. 2022.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – FUNPAR. **Relatório 03**: análise temática integrada – parte 02. Curitiba, 2020. Disponível em: https://mandirituba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/R3_PDM13julho_FINAL.pdf. Acesso em: 5 jul. 2022.

_____. **Relatório 05**: diretrizes e propostas. Curitiba, 2021. Disponível em: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_103_0_2_08092021113107.pdf. Acesso em: 5 jul. 2022.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <https://earth.google.com/web/>. Acesso em: 2 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 out. 2022.

JULIO, Roger de Oliveira Borges. **O déficit de cidade e a expansão urbana e imobiliária na cidade rururbana de Porto Alegre**. Trabalho apresentado no 15. Salão de Iniciação Científica – SIC, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/191026/Poster_58344.pdf?sequence=2. Acesso em: 14 ago. 2022.

KAPP, Silke. Uma tipologia de espaços cotidianos. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, [S. l.], n. 15, p. 5-20, 2012. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v0i15p5-20. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/48853>. Acesso em: 12 jul. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LENCIONI, Sandra. **Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana contemporânea**. In: LENCIONI, S. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 29-40.

LIMONAD, Ester. URBANIZAÇÃO DISPERSA MAIS UMA FORMA DE EXPRESSÃO URBANA?. **Formação (Online)**, [S. l.], v. 1, n. 14, 2011. DOI: 10.33081/formacao.v1i14.705. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/705>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MANDIRITUBA – Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 430, de 18 de junho de 2008**. Institui o Plano Diretor Municipal de Mandirituba, nos termos que dispõe o Artigo 182, parágrafo primeiro, da Constituição Federal - Lei Federal nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade e da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências. Mandirituba, PR, 18 junho 2008.

_____. **Lei Municipal nº 431, de 18 de junho de 2008**. Do Zoneamento de Uso e Ocupação Do Solo Urbano e Rural. Mandirituba, PR, 18 junho 2008a.

_____. **Lei Municipal nº 432, de 18 de junho de 2008**. Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos do Município de Mandirituba e dá outras providências. Mandirituba, PR, 18 junho 2008b.

_____. **Lei Municipal nº 436, de 18 de junho de 2008**. Dispõe sobre a delimitação do perímetro da sede e núcleos urbanos do Município de Mandirituba e dá outras providências. Mandirituba, PR, 18 junho 2008c.

_____. **Lei Municipal nº 437, de 18 de junho de 2008**. Dispõe sobre a delimitação do perímetro dos núcleos urbanos de Espigão das Antas e Quatro Pinheiros do Município de Mandirituba. Mandirituba, PR, 18 junho 2008d.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. Planejamento em áreas de transição rural-urbana: velhas novidades em novos territórios. **R.B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 1, p. 25-40, 2009. Disponível em: <https://rbeur.emnuvens.com.br/rbeur/article/view/208/192>. Acesso em: 4 set. 2022.

NUNES DA SILVA, Madianita. **Indústria e produção do espaço urbano em Araucária**. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

_____. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba**. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

_____. Produção dos espaços informais de moradia e tendências de organização socioespacial do território na metrópole de Curitiba. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F. de; MOURA, R. (ed.). **Curitiba: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2014. p. 231-259.

OJIMA, Ricardo. **Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental**. 166p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,

Campinas, 2007. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1606195>. Acesso em: 26 jul. 2022.

POHLMANN, Patricia, SALOMÃO PICCININI, Livia. Evolução do uso do solo e da transformação da paisagem rural de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. ***Visioni Latino Americane***, v. 24, n. 22, p. 383-405, 2021. Disponível em: <https://www.openstarts.units.it/bitstream/10077/31985/3/20-Pohlmann.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

RANSOLIM, Eduardo de Souza. **Desenvolvimento socioespacial em espaços em conversão rural-urbano**: uma análise dos Setores Especiais de Núcleos Urbanizados do Município de Mandirituba - PR. 124 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Paraná, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Curitiba, 2022.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. *In*: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M.; (org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016. p. 17-37.

ULTRAMARI, Clovis; MOURA, Rosa. (coord.); VIANA, Elze Mangueira; VIERIA JUNIOR, Ildeu Manso; MAGALHÃES, Leila Maria Bueno de; SILVA NETO; Manuel Nunes da; ALVARADO, Mario Fernando Paz y Mino; SANTOS; Vilmar Fernandes dos. Transformações recentes no espaço metropolitano de Curitiba. *In*: ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (org.). **Metrópole grande Curitiba**: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994. p. 55-65. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/metropole_12_94.pdfhttps://observatoriodasmetrolopoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/livro_rmcuritiba.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.